



SINTESPE CHAMA SERVIDORES PARA MOBILIZAÇÃO UNIFICADA

Participe da **ASSEMBLEIA GERAL**, às 9 horas do dia 4 de agosto, no SINTESPE

Os servidores estaduais vão jogar toda energia na Campanha Salarial, a partir de julho. O governo Moisés tem como atender as nossas reivindicações e não pode culpar a arrecadação, que cresce acima da inflação desde 2019.

O Estado encerrou o ano de 2020 com superávit de 1,86 bilhão de reais, segundo levantamento do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC), em artigo dos professores Giuliano Giassi Goulart e Lauro Mattei e publicado no dia 10 de junho.

Assim diz o governador: “Desde o início desta gestão, o Poder Executivo vem aplicando medidas de austeridade dos gastos públicos... trabalhamos para minimizar os impactos da crise e da queda na arrecadação... Como resultado, Santa Catarina conquistou o maior superávit já registrado em sua história”. De fato, os servidores ativos, aposentados e pensionistas sentiram no bolso essa “austeridade” do governador Moisés. Os números falam por si.

O governador anunciou reajuste geral de 22% a 32% para a Polícia Militar. Qual a razão de negar o mesmo reajuste aos servidores civis? O setor da segurança pública ficou com o subsídio congelado desde 2013, enquanto os servidores civis, desde 2012.

ASSEMBLEIA PRESENCIAL

4 AGOSTO
9 HORAS

QUARTA

NO SINTESPE
Praça Olívio Amorim, 82
Centro | Florianópolis | SC

BASTA DE CONGELAMENTO E DE DISCRIMINAÇÕES

O SINTESPE enviou ofícios aos diversos órgãos da administração estadual solicitando audiência para tratar das reivindicações dos servidores, submetidos a uma tabela de vencimentos que está abaixo do salário mínimo nacional e congelada há 10 anos. No documento, o Sindicato destaca as principais bandeiras de luta da categoria:

- Reajuste 32% para repor parte das perdas e igualdade com o policial militar;
- Extensão e equiparação da Gratificação Financeira, com a incidência do triênio e das demais vantagens;
- Novo Plano de Cargos e Carreira que valorize a categoria;
- Criação do Adicional de Graduação para corrigir disfunções;
- Reajuste das diárias em 109%, com valores congelados desde 2008;
- Abono alimentação de R\$ 25,00.



SINTESPE APRESENTA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

A direção do SINTESPE tem ampliado as conversações com os titulares e assessores diretos das Secretarias, Autarquias e Fundações, expondo e defendendo medidas urgentes que assegurem o fim do congelamento e o tratamento igualitário no serviço público, pondo fim às distorções salariais dos últimos nove anos. As disparidades salariais atingem a todos, não só nos vencimentos. Gratificações são pagas com valores diferenciados para cargos iguais e funções iguais, mas entre

assessores é possível ver disparidades com diferença de até 80% de um órgão para outro.

Em todas as oportunidades o Sindicato vem demonstrando as tabelas das gratificações diferenciadas, a necessidade de ter Planos de Cargos que valorizem a categoria, as perdas salariais acumuladas desde 2012, ano do último reajuste geral de 8%, e vencimentos com valores abaixo do salário mínimo, dentre outros pontos da pauta.



O Sindicato se fez representar pelo presidente Antônio Battisti, as servidoras da Saúde Mariléia Gomes (secretária geral da entidade), Maria Cláude (vice-presidente), e Patrícia Caldieraro (assessora Jurídica). Pela área da Saúde do governo, coordenação coube ao chefe de Gabinete, Vitor Luiz Soares Bartelaga.

REUNIÕES POR SETOR MANTÉM SERVIDOR MOBILIZADO

Diante da pandemia, a direção do SINTESPE priorizou até junho as reuniões e plenárias virtuais com servidoras e servidores da maioria dos órgãos do Estado, com destaque para Saúde, Imetro, FCEE, Infraestrutura, Porto de São Francisco do Sul, Educação, Junta Comercial, Desenvolvimento Social/Econômico/Sine.

Ao mesmo tempo, por meio de transmissões ao vivo, a pauta de reivindicações e as nossas prioridades foram definidas. A partir de julho, com o avanço da vacinação, iniciamos as visitas presenciais em várias regiões, a exemplo do Oeste do Estado, reunindo servidores que se encontram no trabalho presencial e aposentados. As reuniões presenciais regionais e por local de trabalho serão intensificadas e a equipe do SINTESPE atingirá todas as regiões até meados de agosto.



Battisti e dirigentes do Sintespe, Mariléia Gomes e Marilene Pereira, em audiência na FCEE

DEMANDAS DA SAÚDE EM DEBATE

A diretoria do SINTESPE esteve reunida no dia 7 de julho com a equipe técnica da Secretaria Estadual da Saúde (SES), debatendo a demora nas edições dos atos de aposentaria dos servidores pelo IPREV, o corte antecipado da gratificação de insalubridade e a suspensão de pagamento de diárias aos servidores que viajam a serviço dentro dos municípios de atuação das "regionais de saúde". Também foi exposta pelo Sintespe a pauta geral de reivindicações da categoria.

INCIDÊNCIA do triênio e vantagens pessoais sobre gratificações

Desde 2014, o governo vem criando gratificações setorializadas. Todavia, a incidência do adicional de triênio e demais vantagens vigora em uma secretaria e, em outras, nada se aplica sobre o valor da gratificação, acarretando perdas e distorções salariais. Situação mais grave prevalece nas secretarias, autarquias e fundações, que nem contam com as mesmas gratificações. A impressão que se tem é que a incidência do triênio se aplica segundo os olhos dos titulares Do Grupo Gestor (PGE/SEF/Casa Civil/SEA). Essa reivindicação o SINTESPE vem reiterando nas reuniões já realizadas com Secretários e seus assessores diretos.

IPREV: cortes de benefícios e seis meses para pagar pensões

Tem sido comum o IPREV determinar o corte de benefícios que deveriam integrar os proventos de aposentadoria do trabalhador no serviço público, mesmo sem ter sido deferido e publicado o Ato de Aposentadoria. Mais grave é a situação vivida por pensionistas que aguardam pelo pagamento do valor da pensão, até seis meses depois do falecimento do titular. Até lá vivem de favor. O SINTESPE repudia essas situações desumanas, requerendo que o presidente do IPREV proceda as medidas necessárias para restabelecer o que é das pensionistas e de quem estiver em vias de se aposentar e aguarda o devido processo legal.

HUMILHAÇÃO: Diárias a serviço não cobrem gastos com alimentação

Passados 14 anos da edição do Decreto do governo LHS e os valores das diárias continuam no patamar de 100 e 110 reais. Para piorar, a nova sacada veio com a edição do Decreto nº 650 assinado no ano passado pelo governador Moisés, impondo que viagens a serviço dentro da Região Metropolitana não terão o pagamento de meia diária, mesmo quando a distância percorrida completa mais de 200, 300 quilômetros. O SINTESPE cobra do governo a mudança nas regras desse Decreto, e que nenhum servidor tenha que devolver valores recebidos de boa-fé como vem acontecendo na Secretaria da Saúde. Dignidade é o mínimo que os servidores das secretarias, autarquias e fundações merecem. É preciso que o menor patamar da tabela das diárias tenha seu valor fixado em R\$ 245,00.

SINTESPE reunido na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Pelos servidores estiveram na reunião o presidente, Antônio Battisti, a secretária de formação sindical, Sayonara de Araújo Pessoa, e a assessora jurídica da entidade, Patrícia Caldieraro. Pela Secretaria estavam presentes o consultor jurídico, Álvaro Augusto Casagrande, o chefe de gabinete, Alisson Jucá de Moura, o diretor de Habitação e Regularização Fundiária, Leonardo Machado, a gerente de Gestão de Pessoas e Capacitação, Indira Chaves de Souza, e o coordenador de Controle Interno e Ouvidoria, Gustavo Galvão.



DÉFICIT NA PREVIDÊNCIA NÃO É CULPA DO SERVIDOR

A Reforma da Previdência do governador Moisés tenta encobrir a verdade e fazer do servidor público estadual bode expiatório, ou tenta justificar os fracassos daqueles que muito prometem e só lembram às portas de um novo pleito eleitoral

Em plena pandemia, o governo Moisés faz a segunda tentativa de alterar a legislação que trata da aposentadoria e pensões do conjunto dos servidores civis do Estado de Santa Catarina e a décima alteração do Regime Próprio de Previdência Social. O argumento é sempre o mesmo: conter o déficit financeiro do sistema previdenciário. Como assim, "déficit previdenciário", se os servidores públicos civis do estado sempre pagaram a parte devida ao IPESC/IPREV, hoje de 14% sobre toda a remuneração bruta, sem falhar um mês sequer?

VOCÊ PRECISA SABER:

1 - Até 20 anos atrás, o Estado de SC nunca efetuou o pagamento da sua contribuição previdenciária patronal, uma sonegação ao longo de 90 anos.

2 - O Estado não efetua desconto de qualquer outro tipo de contribuição social do salário sobre a folha de pagamento.

3 - Há 20 anos, o Estado federalizou a sua dívida para com o IPESC (hoje IPREV), à época, de 1 bilhão de reais. Assim, o Tesouro da União se apropriou de algo que não deveria ser seu.

4 - Recentemente, o Tesouro do Estado meteu a mão em mais 900 milhões de reais, que estavam disponíveis no Regime de Capitalização da Previdência Estadual, e fez virar fumaça.

5 - Os militares contribuem com 10% para o IPREV. Já os servidores civis entram com a contribuição de 14% e a parte patronal, com até 28%.

GOVERNO ATACA DIREITOS DOS SERVIDORES ESTADUAIS

Projeto de Lei da Reforma da Previdência propõe:

- **ACABAR** com a isenção do IPREV que hoje é assegurada até o valor do teto da previdência, de 6.400 reais (o aposentado ou pensionista que hoje recebe 3 mil reais brutos, por exemplo, vai ter que descontar 14%, ou 420 reais todo mês. Se recebe 1.500 reais, o desconto na folha será de 210 reais. Se a remuneração bruta for de 6 mil reais, aí a facada é de 840 reais/mês.

- **REDUZIR** a pensão por morte em 40% sobre o valor que ultrapassar o teto da previdência.

- **AUMENTAR** o tempo de idade mínima para a aposentadoria: mulher passa para 62 anos de idade e homem vai ter que trabalhar até os 65 anos (militares não serão atingidos e continuarão com direito à aposentadoria aos 48 anos de idade).

- **CRIAR** um desconto de extra de 1% a 3% - além dos 14% já descontado em folha de pagamento do servidor, para quem recebe remuneração bruta superior a 6.400 reais, cujo ingresso no serviço público tenha se dado até 30 de dezembro de 2003.



FOTO: Bruno Cruz/Sinjuse

VAMOS LUTAR JUNTOS:

O Sintespe e as demais entidades que integram o Fórum Sindical dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual conclamam o conjuntos dos servidores civis ativos, inativos e pensionistas a cobrar dos parlamentares a não votarem os projetos da Reforma da Previdência assinados pelo governo Carlos Moisés. No dia 3 de julho houve intensa pressão da categoria, na frente da Alesc (foto acima) e nos gabinetes dos deputados.

O SINTESPE e as demais entidades do Fórum lançaram uma campanha pela internet para que os servidores copiem uma mensagem padrão e enviem aos endereços eletrônicos de cada um dos 40 parlamentares (e-mail e whatsapp) da Alesc. Vamos barrar a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 5/2021 e o Projeto de Lei Complementar - PLC 10/2021, que retiram direitos dos servidores, penalizam os que recebem salários mais baixos - principalmente, as mulheres e os servidores já aposentados - e excluem os mais altos salários da reforma previdenciária estadual.

CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

PARA EVITAR O FIM DO SERVIÇO PÚBLICO

SINTESPE conclama os servidores a se integrarem nos calendários de lutas do Fórum dos Servidores das três esferas e a reforçarem a pressão sobre os deputados federais e senadores catarinenses



Criação do Fórum Parlamentar pelo Fortalecimento do Serviço Público e das Empresas Públicas; Plenária Estadual dos Sindicatos dos Servidores Públicos das três esferas; aprovação de moções de repúdio nas Câmaras de Vereadores; realização de audiências públicas nos municípios e “um dia sem serviço público” em Santa Catarina e de manifestações contra os deputados federais e senadores traidores da classe trabalhadora. São algumas estratégias de luta pela retirada imediata da Reforma Administrativa (PEC 32) do governo Bolsonaro-Paulo Guedes do Congresso Nacional, aprovadas durante Audiência Pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc, realizada no dia 24 de junho por

iniciativa da deputada Luciane Carminatti (PT).

A PEC 32 faz parte de um pacote de ataques à classe trabalhadora, que começou com a EC 95 e prosseguiu com as reformas trabalhista e previdenciária. O Sintespe esteve representado na Audiência pelo diretor Rodrigo Souza. Também estiveram representados o Sinjusc, o Sindireceita, Sinte, Apufsc, Sintrasem e Sindsaúde.

Apresentada ao Congresso Nacional pelo governo federal no dia 3 de setembro de 2020, a PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados no dia 25 de maio de 2021. O relator da proposta é o deputado federal catarinense Darci de Matos (PSD), traidor dos servidores e da classe trabalhadora.

O QUE DIZ A PEC-32

A Reforma Administrativa (PEC-32) restringe a autonomia dos governadores na concessão de benefícios aos servidores, cria vários regimes de contratações e deixa aos governos seguintes a possibilidade de demitir e fazer o que quiser com o salário dos servidores.

O QUE BOLSONARO PRETENDE:

- **EXTINGUIR** o direito à licença-prêmio.
- **IMPOR** a redução da carga horária e da remuneração do servidor público do Estado e do Município.
- **ELIMINAR** a contagem do tempo de serviço para novos triênios.
- **ACABAR** com o Regime Jurídico Único dos Servidores dos Estados e Municípios (fim do Estatuto).
- **ACABAR** com a estabilidade no emprego.
- **CONTRATAR** novos servidores em caráter temporário, com vários regimes de trabalho e aumentar o estágio probatório para 10 anos. Governos poderão extinguir órgãos públicos e colocar o servidor em disponibilidade (é a volta do “caça às bruxas”, muito comum na época em que a UDN e o PSD se revezavam no poder).

Acompanhe a mobilização pelo site do SINTESPE www.sintespe.org.br



PORTUÁRIOS UNIFICAM LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

A unificação é a principal estratégia de luta dos trabalhadores portuários para barrar os processos de privatizações dos portos brasileiros, levado a cabo pelo governo Bolsonaro. A categoria pode entrar em greve. A determinação é de unificar as ações nos campos jurídico e administrativo e intensificar as frentes de atuação junto ao congresso nacional e de mobilização da categoria. No dia 21 de junho as comissões dos portuários unificados dos portos de Imbituba e São Francisco do Sul realizaram reunião virtual, sob a coordenação do presidente do Sintespe,

Antônio Battisti e com presenças dos presidentes da Federação Nacional dos Portuários, Eduardo Guterra, e dos Portuários do Rio de Janeiro, Sérgio Gianetto. Participaram do encontro os conselheiros representantes dos trabalhadores portuários de Imbituba e São Francisco do Sul, Elivelton Doré e Almir Wagner, e dirigentes sindicais dos servidores públicos de SC, além dos advogados Maximiliano Nagl Garcez, Eder Melo, Henrique da Silveira Carneiro e Suellen Moura, do escritório Garcez, Advogados Associados.

